

## **Arqueologia Histórica no Médio Amazonas: a região de Santarém sob olhar da etnohistória e arqueologia do presente**

### ***Historical Archaeology on the Lower Amazon: Santarém region through the eyes of ethnohistory and archaeology of the present***

Tiago Silva Alves Muniz<sup>1</sup>  
Isabel Bentes Pereira<sup>2</sup>

Artigo recebido em: 30 de novembro de 2017.

Artigo aprovado em: 18 de dezembro de 2017.

**Resumo:** *O presente artigo visa apresentar histórico das pesquisas em Arqueologia Histórica na Amazônia, desde o contexto etnohistórico sobre a chegada de europeus na região e estabelecimento da ocupação até o século XIX no médio Amazonas. O recorte aqui analisado é a região do Médio Amazonas, no atual município de Santarém. Através de documentação histórica, relatos de cronistas e viajantes, e investigações arqueológicas aqui são apresentadas as transformações ocasionadas nas sociedades amazônicas a partir do contato com um ideal colonizador pautado na dominação durante o período histórico, ou de contato. Assim, as dinâmicas que contribuíram para a atual configuração santarena e os encontros culturais que ali tiveram espaço são aqui percebidos pelo olhar dialético em lugares persistentes às margens do encontro dos rios Tapajós e Amazonas.*

**Palavras-chave:** *Arqueologia Histórica, Arqueologia Amazônica, Arqueologia de Contato, Arqueologia Colonial, História de Santarém.*

**Abstract:** *This article aims to present historical research in Historical Archeology in the Amazon, arrival of europeans in the region and establishment of the occupation until the XIXth century in the middle Amazon river. The clipping here analyzed is the region of the Lower Amazon, in the present city of Santarém. Through historical documentation and reports of chroniclers and travelers and archaeological surveys, here are presented the transformations that have occurred in the Amazonian societies from the contact with a colonizing ideal based on the domination during the historical period, or contact period. Thus, the dynamics that contributed to the current urban configuration of Santarém and cultural meetings that had space there are perceived by the dialectical look at persistent places on the banks of the encounter oh the Tapajós and Amazon river.*

**Key Words:** *Historical Archeology, Amazon Archeology, Contact Archaeology, Colonial Archaeology, History of Santarém.*

<sup>1</sup> Docente do curso de Arqueologia - Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Contato: tiago\_samuniz@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Discente do curso de Antropologia - Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Email: isabel.pereira.9915@gmail.com

## 1. Introdução

As pesquisas arqueológicas ligadas ao campo da arqueologia histórica na Amazônia ainda são poucas se comparadas aos estudos realizados para o componente pré-colonial. A Arqueologia Histórica se difere da Pré-colonial, além da cultura material identificada, principalmente devido à possibilidade de análise de documentos históricos e correlação a tais contextos. As escavações de Denise Gomes no sítio Aldeia evidenciaram componentes pré-coloniais e diversas categorias materiais, tais como, vidros, moedas, faianças finas, porcelanas, pederneiras e cerâmica histórica. Assim, para a interpretação dos materiais históricos exumados é fundamental a compreensão do papel da chegada dos europeus na região, o que ocasionou profundo impacto sobre as diversas populações indígenas. De tal maneira, este recorte metodológico aborda breve histórico das pesquisas em arqueologia histórica para a Amazônia, a fim de contextualizar o atual campo de pesquisa, assim como apresentar as narrativas produzidas pelos cronistas e naturalistas que passaram por Santarém e região, onde tais relatos e iconografias revelam o curso de um ideal colonizador pautado na dominação e, por conseguinte, diminuição das populações indígenas afetadas e crescente mestiçagem advindas da chegada de africanos escravizados.

## 2. Breve histórico das Pesquisas em Arqueologia Histórica na Amazônia

A Arqueologia Amazônica tem sido mais conhecida através do estudo dos sítios arqueológicos pré-históricos e proto-históricos. Mais recentemente tem buscado outro viés: o da interação do colonizador europeu com o mundo amazônico (ANDERSON & MARQUES, 1992; MARQUES, 2004; REZENDE, 2006; ALBUQUERQUE, 2006; ALBUQUERQUE & LUCENA, 2010; LOPES, 2011; GOMES, 2014; SYMANSKI & GOMES, 2012, 2015; OLIVEIRA MARTINS, 2015; COSTA, 2016, 2017; MUNIZ & GOMES, 2017). Tradicionalmente, as pesquisas em Arqueologia Amazônica visam lidar com os componentes da cultura material pré-colonial. Entretanto, o estudo da ocupação do território amazônico no período colonial tem adicionado informações inéditas sobre instalação de engenhos, fortificações e definição das fronteiras na região (ANDERSON & MARQUES, 1992; MARQUES, 2004; ALBUQUERQUE & LUCENA, 2010; REZENDE, 2006).

As primeiras pesquisas realizadas com abordagem da Arqueologia Histórica fei-

tas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, começaram em 1985, com os pesquisadores Fernando Marques, Vera Guapindaia e Edithe Pereira que realizaram um levantamento arqueológico e histórico em uma residência localizada em Soure (ANGELO, 2013). Porém, somente em 1988, os resultados vieram à tona com a pesquisa de Scott Anderson e Fernando Marques nas localidades interioranas de Barcarena e Igarapé-Mirim, quando se fez o levantamento dos antigos engenhos movidos pela maré na região, onde foram estudados os vestígios de treze antigos engenhos de cana-de-açúcar, as técnicas de instalação e o modo que funcionavam. A tese de Fernando Marques discutiu a história da agroindústria canavieira no estuário amazônico. Os estudos realizados sobre a cultura material proveniente dos engenhos Murutucu, Jaguarari, Uriboça e Mocajuba forneceram dados sobre o comércio da região, as propriedades arquitetônicas e o ambiente durante os séculos XVIII e XIX (MARQUES, 2004). Nos últimos anos, trabalhos da arqueologia urbana são realizados no centro histórico de Belém e outros espaços tradicionais que apresentam um acervo arquitetônico dos períodos colonial e imperial. (MARQUES, 2010).

Algumas pesquisas em arqueologia histórica tiveram início no ano de 1989 no Museu Paraense Emílio Goeldi, quando a instituição promoveu uma pesquisa na área da Companhia Docas do Pará. Coordenada por Klaus Hilbert, tinha como fins descobrir os vestígios da velha fortaleza de São Pedro Nolasco. No ano de 1990, o arqueólogo Marcos Magalhães estudou a fortaleza de São José de Macapá, no Amapá. Com isso, novas pesquisas surgem em lugares como na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos, no prédio do atual Museu de Arte Sacra (1995), na área do Cais de Belém (1997-1999). Essas pesquisas mostram que as primeiras construções de origem europeia, foram assentadas sobre antigas aldeias indígenas, ou junto a outras que se situavam nas suas proximidades (ANGELO, 2013).

Albuquerque & Lucena (2010) destacam que a Arqueologia, aliada a outros saberes, contribuiu de forma significativa para o melhor entendimento da região Amazônica, tanto do período pré-contato, como da expansão do sistema colonial europeu, sobretudo, de muitos dos elementos submetidos a um processo de "amnésia histórica", intencionalmente direcionada. A seguir serão apresentados mais exemplos de trabalhos na área de arqueologia histórica na Amazônia, consolidando um campo de pesquisa.

Lima e Moraes (2010) estudando arqueologia urbana na cidade de Manaus, pesquisaram vestígios indígenas e coloniais no entorno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, situada no atual centro de Manaus sobre uma elevação entre os igarapés do Espírito Santo e da Ribeira (ambos aterrados), com sua fachada principal voltada para o Rio Negro, construída pelos padres Carmelitas em 1659. A praça XV de Novembro, onde está localizada a igreja, já recebeu diversos nomes como Largo da Olaria, Praça da Imperatriz, Praça do Comércio ou Praça Osvaldo Cruz. As pesquisas iniciais tinham objetivo de localizar os vestígios da Fortaleza de São José do Rio Negro, de outras construções históricas e das ocupações pré-coloniais (ZANETTINI, 2002 *apud* LIMA & MORAES, 2010). Ainda que o material coletado seja multicomponencial, neste artigo o foco são os vestígios pré-coloniais na área urbana de Manaus.

Rhuan Lopes (2011) apresenta uma questão que tomou dimensões exteriores à pesquisa arqueológica: a derrubada de um muro que se afigurava entre a rua e o Forte do Presépio em Belém (PA), alvo de pesquisas multidisciplinares voltadas ao seu restauro e adequação com vias à sua musealização na conjuntura do Projeto Feliz Lusitânia. O aspecto central ao debate são os significados dados ao muro, entendido como artefato capaz de suscitar “maneiras distintas de ver e agir no mundo”. Neste contexto, o muro foi considerado uma “fantasmagoria” que impedia a antiga simbiose entre a fortaleza e a cidade. Contudo, a demolição da muralha foi uma decisão tomada à revelia da equipe de arqueologia, mas de acordo com os interesses estético-funcionais do plano museológico. Para justificar essa ação de restauro adjunta ao arruinamento, uma série de atribuições de sentidos foram dadas ao referido artefato ( “indigitado estrupício”, “estrovenga”, “aberração”). Assim, observa-se um processo de amnésia histórica em curso.

O trabalho de Raimundo Ney Gomes (2014) teve por objetivo contar a História da Vila de Santo Antônio, no Alto Madeira, a partir de uma perspectiva arqueológica e historiográfica sobre a colonização do Alto Madeira e a ocupação da Vila de Santo Antônio. A vila foi abandonada no primeiro quartel do século XX e hoje é um bairro da periferia de Porto Velho, além disso, abrange um sítio arqueológico de mesmo nome. A narrativa se atém, principalmente, ao período que se convencionou chamar de “colonial”, ou seja, aquele posterior à chegada dos colonizadores. A vila Santo Antônio do Madeira fundada por missionários no século XVIII foi um município importante pertencente

ao Estado do Mato Grosso e palco das primeiras tentativas de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. A Vila de Santo Antônio é vista como *locus* de estudo para uma Arqueologia do capitalismo, entendendo-a como resultado de demandas claras deste sistema econômico a partir de uma história contada em cacos de vidros e louças.

Oliveira Martins (2015) apresenta os resultados obtidos a partir da reflexão em torno dos vestígios cerâmicos provenientes do engenho Murutucu, localizado no perímetro urbano de Belém, Pará. O estudo tem início com a apresentação de alguns dados históricos a respeito da trajetória de ocupação oficial do engenho Murutucu e relata as pesquisas arqueológicas que já foram efetuadas no local. A pesquisa dá enfoque à arqueologia da escravidão, apresentando também teorias que tratam da complexidade em torno dos conceitos de etnicidades e da análise dos vestígios cerâmicos existentes em ambientes de escravidão, refletindo em torno da dificuldade (ou até mesmo a real possibilidade) de identificar os grupos étnicos que a produziram, e as definições das duas categorias correlatadas no Brasil, a cerâmica neobrasileira e a cerâmica de produção local/regional. Dessa forma, conclui que a dinâmica do engenho forçou o convívio desses diferentes grupos mantidos sob o controle dos não escravizados.

Symanski & Gomes (2012, 2015) analisam a influência do contato expresso nas faianças e cerâmicas encontradas no Sítio Aldeia, Santarém, Pará, e nas informações históricas disponíveis. Tais relações materializadas nos vestígios arqueológicos apontam que tais “encontros culturais” tiveram palco nas relações que desenvolveram europeus, indígenas de diversas etnias, mestiços e, em menor escala, negros escravizados. Ocorreram de tal forma dois processos simultâneos no que diz respeito ao contato de tais filiações culturais, a etnogênese e o Santarém, portanto, foi palco de encontros culturais desde praticamente o início do processo colonizador europeu. Nos séculos XVI e XVII esses encontros promoveram etnocídio e realocações forçadas de populações indígenas. Nos séculos XVIII e XIX são mais visíveis processos de etnogênese. Embora a segregação espacial entre portugueses e indígenas remanescentes das missões se mantenha em Santarém ainda no século XIX, as unidades domésticas habitadas por portugueses, índios e mestiços, apresentaram artefatos que não deixam dúvidas sobre a mescla cultural e material entre esses grupos.

Ademais, Diogo Costa (2016) apresenta breve panorama das pesquisas em arqueologia dos africanos escravizados e livres na Amazônia, deslindando grande potencial de investigação para a diáspora africana na Amazônia. Muniz & Gomes (2017) revelam também tal presença ofuscada de africanos através de estudo de cerâmica híbrida, no contexto do sítio Aldeia (Santarém, PA), assim como dados sobre novas configurações culturais na Amazônia, produto das trocas entre portugueses, luso-brasileiros, indígenas, mestiços, e, em uma menor escala, africanos. Segundo Costa (2017:13), entre os sítios estudados na Amazônia até então 30% abrangem o tema militar, 25% urbano, 25% religioso e 20% rural, destacando portanto a incipiência de trabalhos no campo da arqueologia histórica na região e apontando para a necessidade de novas pesquisas e perspectivas de trabalho que analisem o componente histórico para além da abordagem arquitetônica. Assim, partindo das publicações supracitadas, o presente artigo investiga o processo histórico de contato de forma a materializar os contextos históricos inerentes aos materiais arqueológicos analisados para a região do Médio Amazonas e Tapajós.

### **3. O estabelecimento da colonização na região Amazônica**

A formação das cidades amazônicas tem características muito próprias que não só as diferem do resto da colônia como também as aproximam entre si. No que tange sua formação econômica, a região amazônica está estritamente relacionada ao extrativismo vegetal, animal e mineral, característica presente por quase toda a sua história desde a colonização. A devastação territorial e das populações nativas persistiu ainda por alguns séculos. Os chamados sertanistas buscavam ouro, índios, além das riquezas naturais como cacau, baunilha, cravo, canela. Os índios apreendidos eram posteriormente vendidos em Belém como mão de obra escrava (CASTRO, 2008). Barbara Weinstein (1983; 2002) critica que o sistema de extração e troca na Amazônia não obedeceu (e obedece) simplesmente à lógica de uma sociedade em que os produtores estão espalhados e descentralizados. Este, com certeza, é um elemento na configuração das relações sociais. Mas, ao mesmo tempo, esse conceito rejeita qualquer noção de hierarquia historicamente construída, de desigualdade de poder ou de exploração, sem incluir as alternativas às relações existentes. Ele acaba representando um regresso à noção da Amazônia como uma sociedade com geografia, mas sem história.

Embora em relação ao Nordeste e Sudeste do Brasil, a fixação colonial europeia tenha sido ali mais tardia, a Amazônia sempre foi alvo do interesse europeu (ALBUQUERQUE & LUCENA, 2010). Impedidos pelo poderio bélico espanhol de acessar diretamente os tesouros andinos, muitos aventureiros voltaram-se para a busca de novas vias de acesso às minas do interior sul americano. Nesta busca os avanços da cartografia vieram a ser um poderoso instrumento, e várias expedições foram dedicadas ao mapeamento da costa das Américas. Tal informação cartográfica é útil para a analogias no estudo da Arqueologia Histórica dada a manutenção de certa verossimilhança com a realidade. Desde cedo o rio Amazonas foi visto como o grande caminho de acesso ao interior, e certamente às minas de ouro e de prata que buscavam. Durante o período de expansão do Sistema Colonial Europeu, muito antes da ocupação holandesa no Nordeste do Brasil (1630-1654), os holandeses já haviam realizado incursões na Amazônia. Não foram meras incursões fortuitas, pois chegaram a construir dois fortes na margem esquerda do Xingu, isto já em 1599. Ora, a construção de fortificações significa a intencionalidade de permanência, de ocupação do território (NOGUEIRA, 2006). Outras tentativas de ocupação da Amazônia ocorreram com frequência. No ano de 1609 o irlandês Philip Purcell já comercializava o tabaco oriundo da Guiana, através do porto de Dartmouth na Inglaterra. O seu sucesso foi de tal monta, que em 1612 ele, juntamente com mais 14 irlandeses chegaram a montar uma colônia para o plantio do fumo nas margens do Maracapuru.

O combate aos que contrabandeavam as riquezas do Brasil se fez através de ações diretas como o aprisionamento e mesmo a morte dos estrangeiros, bem como o assentamento de fortificações e de núcleos urbanos, naquelas áreas frequentadas por estrangeiros. O combate se fez ainda pela ocupação permanente daqueles pontos sistematicamente frequentados pelos estrangeiros. Neste processo a sequência dos núcleos urbanos e das fortificações implantadas ao longo do caminho trilhado pela conquista forjou a estreita relação estabelecida entre cidades e fortes, na consolidação da ocupação do território colonial. As raízes portuguesas fincadas com o estabelecimento do Forte do Presépio (Belém, PA) em 1616, a despeito dos percalços havidos nos anos que se seguiram, resultaram na ampliação dos antigos limites portugueses na América. Mas a ocupação das terras, de tantas terras, se defrontava com o problema da disponibilidade

de colonos. Um problema que com a Restauração portuguesa, incomodou duplamente a Portugal: garantir junto a Espanha a posse das terras, além da demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas, e manter afastados os demais estrangeiros. A solução adotada, no caso de Belém, foram os colonos açorianos (de ambos os sexos), trazidos em 1676 para residir e trabalhar na colônia. Solução semelhante à adotada mais tarde para o povoamento de Macapá, e ainda o deslocamento de toda uma população portuguesa que residia no Marrocos, trazida para Mazagão, no atual Amapá.

Segundo Diogo Costa (2016), africanos escravizados eram utilizados na região do Baixo Amazonas para a coleta de cravo, canela, noz-moscada e principalmente cacau nativo no século XVII no rio Tapajós. Entretanto, sua concentração na área só vai ocorrer nas plantações de cacau a partir da segunda metade do século XVIII e nas localidades de Santarém, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos. O que nos dias atuais reflete no contingente de aproximadamente nove mil comunidades remanescentes de quilombo localizados na Amazônia, e no Pará são mais de 400 povoações reconhecidas e registradas, sendo que a maioria está localizada no entorno de Belém, região Guajarina, nordeste paraense, Marajó, Santarém e Óbidos. Na região de Santarém, encontram-se as comunidades remanescentes de quilombos como as de Bom Jardim no rio Maicá, Murumrutuba, Murumuru, Tinguá, Arapemã e Saracura, entre outras. Tais comunidades são localizadas em áreas urbanas, terra firme, várzeas e nas ilhas, estas comunidades vivem situações de conflito com proprietários rurais do seu entorno, e também com o problema de manejo e titulação do seu território.

#### **4. A chegada do ideal colonizador no Médio Amazonas**

De acordo com Clastres (2004:57), “os missionários, propagadores militantes da fé cristã na América do Sul e em muitas outras regiões, se esforçam por substituir as crenças bárbaras dos pagãos pela religião do Ocidente. A atitude evangelizadora implica duas certezas: primeiro, que a diferença é inaceitável e deve ser recusada e abolida. Para tal, a atitude etnocida é sobretudo otimista: o Outro, mau no ponto de partida, é suposto perfectível, reconhecem-lhe os meios de se alçar, por identificação, à perfeição que o cristianismo representa. Eliminar a força da crença pagã é destruir a substância mesma da sociedade. Aliás, é esse o resultado visado: conduzir o indígena, pelo cami-

no da verdadeira fé, da selvageria à civilização. O etnocídio é praticado para o bem do selvagem”. Para Clastres (2004:56), o termo genocídio remete à ideia de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens, mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito.

Em 1542, os jesuítas adentraram o rio conhecido como Paraná-Pixuna, assim denominado pelos indígenas à época e ainda hoje, o nome que passa a ser utilizado então é rio Tapajós. Francisco Orellana e Frei Gaspar de Carvajal subiram o rio à vela junto de cinquenta homens para cumprir a missão de angariar mão-de-obra indígena, para os jesuítas catequizarem e colonizar a região. A viagem ficou marcada por conflitos com indígenas. As terras saqueadas eram ideais para começar plantações e para isso, a aproximação junto aos nativos fora se consolidando. Dado trabalho realizado pelos indígenas, foram construídos para os jesuítas casas de orações: construções de barro e telhado de folhas. Depois da aproximação com os nativos, o processo de catequização começou, primeiramente para o abandono de costumes indígenas, como por exemplo a poligamia, assim sendo dominados. Com tal conquista, as plantações de mandioca, milho, entre outros adentraram o universo cotidiano indígena. Junto do manuseio de barro para fazer panelas, pratos, alguidar, fornos e a produção de cestas de cipós, para além das rotineiras atividades de pesca (COHEN, 1690-2011:12).

Em 1626, nomeado capitão-mor do Grão-Pará, Manuel de Sousa organizou expedições para captura de mão-de-obra. Em uma delas, Pedro Teixeira chega ao Paraná-Pixuna no mesmo ano, fronteando a cidade. Coube ao inglês Walter Raleigh o pioneirismo de descrever em seus mapas este rio como Rio Tapajós, sendo considerado o primeiro que relatou a pronúncia de “Topayó”. Entretanto foi Pedro Teixeira quem deu nome ao rio, Rio Tapajós, considerado o descobridor da Foz do rio, dando visibilidade junto à corte portuguesa. Posteriormente, em 1706, fora realizada outra expedição para conhecer a nascente do rio de águas pretas, sob o comando do Capitão Francisco Soeiro de Vilhena, também realizada para resgatar os índios que viviam rio acima. (CANTO, 2013: 9).

## 5. Santarém: de Aldeia a Vila no Século XVIII

Em 1639, Bento Maciel, o sargento-mor, ordenou tropas de resgate dos índios Tapajós para dizimá-los. Em 1659 chegou à região o Padre Antônio Vieira. Situada à margem direita do Rio Tapajós, onde foi fundada como aldeia dos Tapuias (atual Santarém), em 22 de junho de 1661, pelo Padre Felipe Bettendorff, que veio a convite do padre Vieira para catequizar e levantar construção de uma igreja e casa para os padres. Junto a esse processo de catequização, Francisco da Motta Falcão propôs ao governo de Lisboa a construção de fortins pela região, os quais seriam financiadas por ele, com a condição de ser nomeado comandante, o que foi aprovado pela corte. Assim ergueu os fortins e deu início ao da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição do Tapajós, esse que foi herdado pelo seu filho Manuel da Motta Siqueira. Tais fortins ficaram conhecidos como *Fortaleza do Tapajós*, concluída em 1697 (SANTOS, 1999:102).

Assim a Aldeia dos Tapajós foi formada em torno dessa fortaleza e recebeu o nome de Santarém apenas em 1758, quando foi elevada à categoria de vila. O nome é em homenagem a uma cidade portuguesa de mesmo nome (PRADO JR., 2004). Santarém, em seus primórdios em uma aldeia indígena, a dos Tapajós, que praticavam agricultura de subsistência, além da pesca e do extrativismo animal. Assim como Manaus, Santarém também recebeu expedições portuguesas de todos os âmbitos, religiosas e militares, em busca de mão de obra escrava (indígena) e para extração das chamadas “drogas do sertão” (CASTRO, 2008). A vila, com sua posição estratégica transforma-se em um importante entreposto no comercio das drogas de sertão e começa a enriquecer.

Santarém, no século XVII, teve sua base econômica voltada para a extração do cacau. É só a partir do século XVIII que se inicia a produção de arroz, milho, café, tabaco, mandioca, e que se estabelece uma lavoura cacauzeira, iniciando o ciclo do cacau, um dos grandes momentos econômicos da região (SYMANSKI & GOMES, 2012). Segundo Symanski & Gomes (2012), durante a administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, que pôs em prática a política pombalina na região, uma nova fase se iniciou, com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755), destinada a fomentar a comercialização dos produtos provenientes do extrativismo amazônico na Europa. Nesta época também foi introduzida na Amazônia a mão de obra escrava africana, configurando uma chegada

tardia de escravos africanos para uma região brasileira. Com a criação do Diretório dos Índios em 1757, que retirava o poder dos missionários de administrar as aldeias, teve início uma fase que culminou com a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios, em 1759. Marques (2004:21) apontou que, a maior parte dos trabalhadores era indígena, dado o difícil abastecimento de população escravizada vinda da África, daí o conflito dos senhores de engenho com os missionários que resultou na expulsão da companhia de Jesus no ano de 1757. Relativo a esse aspecto verificou-se um documento em que o arquiteto Antonio Landi, que é referido como proprietário do Engenho Murutucu, solicita permissão ao Reino para utilizar escravos índios em suas plantações e na olaria.

Pombal proibiu a escravidão indígena, transformou as aldeias em vilas e criou uma legislação que estimulava o casamento entre brancos e índios, tendo por objetivo a integração dos índios à civilização devido principalmente ao fato do indígena não ter se adequadado ao modo de produção, criando resistências ao modelo escravista. Esta conjuntura teve influência no crescimento da vila de Santarém e em sua configuração social. Porém, mesmo com o incentivo oficial à miscigenação, os remanescentes da aldeia indígena foram mantidos espacialmente segregados dos colonizadores. Em meados do século XVIII o Padre João Daniel, que viveu entre os Tapajó no período de 1741 a 1757, descreveu, na vila de Santarém, a existência de dois núcleos populacionais distintos, formados por portugueses e indígenas. Seus registros, contudo, indicam que a aldeia não mais estava situada junto ao morro da fortaleza, mas logo após o núcleo dos portugueses, local que corresponde ao atual bairro de Aldeia.

Até a metade do século XVIII, a borracha só era conhecida pelos indígenas da Amazônia e do Peru que fabricavam utensílios domésticos sem valor comercial. Em 1743, La Condamine começou a estudar a seringueira e levou consigo amostras e descrições das árvores. A partir daí, inicia-se o ciclo industrial do látex. De 1850 a 1913, a Amazônia era a única fonte de borracha do mundo, grandes potências usavam essa matéria-prima para a fabricação de produtos como juntas de motores, pneus, etc. O mundo dependia de produtos como o petróleo, o aço e a borracha para ajudar nas locomoções e manutenção de trens, navios, carros e aviões (JACKSON, 2011:13).

## 6. Santarém no século XIX: entreposto comercial

Spix e Martius (1819:98-99) descreveram o cotidiano de Santarém em sua passagem pela cidade durante o século XIX. Os naturalistas descreveram em sua passagem pela cidade casas de estilo simples, as quais eram pouco numerosas mas tinham muitos quartos. A criadagem cozinava nos quintais, onde também suas habitações estavam instaladas, sendo quase sempre índios, raros negros ou mulatos. Os autores relatam casamento de brancos com mulheres indígenas. Nessa época, Santarém consistia no principal empório de comércio entre a parte ocidental da província do Pará e a capital durante a primeira metade do século XIX. Bates (1864), na segunda metade do século XIX, já observa a existência de sobrados de dois ou três andares e mobiliário que acompanha a tendência de padrões de consumo, manifestação e representação de padrões de uma burguesia em ascensão.

A divisão do espaço da cidade em duas áreas distintas, durante os séculos referidos, ocorre desde o morro da fortaleza até a igreja matriz e seus arredores, e a aldeia indígena, já bastante modificada, que se estendia para oeste. Em 1761 foi iniciada a construção da igreja matriz, situada a pouco mais de 200 m a leste da igreja da missão original, que hoje corresponde à catedral de Nossa Senhora da Conceição (SYMANSKI & GOMES, 2012). Somente a partir de 1853 é que a cidade começou a se expandir a leste, após o morro da fortaleza, com a construção da Câmara Municipal na Praça da Municipalidade, atual Praça Barão de Santarém. Nesta época, existiam apenas seis ruas e nove travessas, sendo que a aldeia já começava a ser ocupada por brancos (FONSECA, 2006). O processo de desenvolvimento urbano de Santarém ocorreu a partir de 1661, com o estabelecimento, no local, de uma missão jesuíta, a qual incorporou índios provenientes de diferentes regiões da Amazônia.

No século XIX, a cidade recebeu um maior afluxo de portugueses, que se dedicaram ao comércio e mantiveram fazendas de gado e de cacau, além de seringais nas imediações. Esta classe de comerciantes e fazendeiros, que impressionou os viajantes da época, morava em sobrados da cidade e desenvolvia atividades produtivas inicialmente a partir do trabalho indígena baseado na troca de mercadorias, bem como numa rede de favores e obrigações, tendo sido posteriormente acrescido da mão de obra escravizada de origem africana. Ainda assim, as fontes documentais apresentam informações exí-

guas sobre o modo de vida da população de Santarém, de tal forma o estudo da cultura material pode trazer subsídios importantes que permitem compreender a inserção desta região no cenário nacional (MUNIZ & GOMES, 2017).

O interesse estrangeiro na região amazônica enxergava aqui uma oportunidade de construir a partir do zero a sua visão de uma utopia agroindustrial, assim a instalação de uma metrópole na Amazônia, sonho de Ford, Fordlândia nunca se concretizou. Outro sonho amazônido foi o de Henry Wickham, que executou um dos atos de maior repercussão e sucesso de biopirataria da história mundial. Entretanto, Wickham via seu roubo como um ato de patriotismo. Hoje, ambos os casos são parábolas de uso e abuso da natureza em busca de poder (JACKSON, 2011:15). Wickham assim no Brasil é considerado como um pirata, e em outros lugares do mundo, um herói, responsável por uma das maiores fábulas da era moderna na região do Médio Amazonas.

O levantamento bibliográfico sobre a produção da arqueologia histórica na Amazônia e a etnohistória apresentada visou lidar com o contexto histórico de criação e transformação da atual cidade de Santarém, sendo a setorização da cidade um fator relevante para tal percepção - o que ainda compõe a paisagem dialética nos dias atuais ao perceber e caminhar pelos bairros da orla da cidade. Diversas dinâmicas de populações indígenas e africanas estiveram envolvidas no desenvolvimento urbano pautado na dominação e resistência dos diversos processos socioculturais que resultaram na atual Santarém, o que pode ser percebido através dessa paisagem dialética, sob entendimento de lugares persistentes, ou lido de forma crítica através dos relatos que viajantes e cronistas deixaram ao retratar as dinâmicas e transformações de bens, valores de cultura e aspiração de uma classe burguesa em ascensão, possivelmente vestígio contextualizado a *belle époque* da borracha (COELHO, 2011). Santarém neste período se destacou, onde inclusive representações modernistas da orla da cidade transformaram os olhares da antiga vila ao papel de entreposto comercial com pretensões industriais.

## 7. Considerações finais

Santarém foi palco de diversos encontros culturais, sendo aqueles promovidos pelo colonizador responsáveis por impactos profundos na (re)organização dos povos indígenas, diáspora africana e materialização de identidades híbridas assim como novas

formas de comportamentos na Amazônia. O presente artigo buscou através de referenciais bibliográficos situar as pesquisas em arqueologia histórica na Amazônia e evidenciar lugares persistentes perceptíveis por paisagens dialéticas que revelam dinâmicas sociais inerentes às transformações nas sociedades amazônicas. Pode-se identificar na ocupação de Santarém dinâmicas que promoveram o estabelecimento na região e culminaram na divisão social do espaço da cidade, fato observável ao caminhar pelas ruas santarenas. A partir disso, relacionar os vestígios históricos escavados com as áreas mais abastadas da cidade, ou aquelas negligenciadas, revela através de objetos a presença de tais atores sociais. Assim como, a percepção da paisagem revela as dinâmicas dialéticas que atuaram no estabelecimento da ocupação em Santarém desde aldeia, à vila até a categoria de entreposto comercial e atual conformação urbana (Figura 02). Para tomar ciência sobre quão o impacto do ideal colonizador transformou a região do Médio Amazonas, os trabalhos de arqueologia pré-colonial podem fornecer informações pretéritas enquanto a área de arqueologia histórica deve ser ainda mais incentivada para que os vestígios de sítios multicomponenciais também sejam analisados e possam contribuir para a construção do conhecimento factual sobre contato, hibridização e colonização da região.

## Referências

ALBUQUERQUE, Marcos Antonio Gomes de Mattos de. Ramanescentes materiais do período pombalino no Amapá. Revista Brasileira de Arqueometria - Restauração Conservação. Edição Especial Nº 1. 2006.

ALBUQUERQUE, Marcos e LUCENA, Veleda. Arqueologia Amazônica: O potencial arqueológico dos assentamentos e fortificações de diferentes bandeiras, in: Arqueologia Amazônica 2 / Organizado por Edithe Pereira e Vera Guapindaia, p. 968-1019. Belém: MPEG; IPHAN; SECULT, 2010.

ANDERSON, Scott Douglas; MARQUES, Fernando Luiz Tavares. Engenhos movidos à maré no estuário do Amazonas: vestígios encontrados no município de Igarapé-miri, Pará. Revista do Museu Paraense Emílio Goeldi vol. 8 (2)1992.

ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. A arqueologia histórica no Museu Paraense Emílio

- Goeldi. Revista Arqueologia Pública 7.2 (8) (2013): 119-134.
- BATES, Henry Walter. The Naturalist on the River Amazons. The Narrative Press. 1864.
- CANTO, Sidney Augusto. Santarém outras histórias. Santarém; Gráfica e Editora Tiago, 2013
- CASTRO, Maria da Conceição Araújo. Mobilização do trabalho na amazônia: O oeste do Pará entre Grilos, Latifúndios, Cobiças e Tensões. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.
- CLASTRES, Pierre. Arqueologia da Violência. Capítulo 4: Do etnocídio. 55-63. 2004.
- COHEN, Elisio Eden. Momentos históricos da Vila de Boim e seu distrito. 1690-2011. Prefeitura Municipal de Santarém.
- COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém dabelle époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. 2011.
- COELHO, Rui Gomes; MARQUES, Fernando. "Processo de contato e primórdios da colonização na baixa bacia do Amazonas (sécs. XVI-XVII). Velhos e Novos Mundos". Congresso Internacional de Arqueologia Moderna, Lisboa. Anais do Congresso Internacional de Arqueologia Moderna, 2011.
- COSTA, Diogo Menezes. 2016. Arqueologia dos africanos escravos e livres na Amazônia. Vestígios - Revista Latinoamericana de Arqueologia Histórica. Vol. 10(1). Jan-Jun. \_\_\_\_\_ . 2017. Arqueologia Histórica Amazônica. Revista de Arqueologia, v. 30, n. 1, p. 154-174.
- FLORENCE, Hercule. Viagem do Tietê ao Amazonas. São Paulo, Edições Alumbra-mento, 1988.
- FONSECA, Wilde Dias. Santarém: momentos históricos. Santarém: ICBS - Instituto Cultural Boanerges Sena/Prefeitura Municipal de Santarém, 5ª Ed. 2006.
- GOMES, Denise Maria Cavalcante. Politics and ritual in large villages in Santarém, lower Amazon, Brazil. Cambridge Archaeological Journal 27.2 2017: 275-293.
- GOMES, Raimundo Ney da Cruz. Arqueologia e cultura material: uma história contada em cacos de vidros e louças da vila de santo antônio (Porto Velho - RO). Amazôn., Rev. Antropol. (Online) 6 (1): 244-252, 2014.
- HERIARTE, M. Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas. Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerold. 1874.
- JACKSON, Joe. O ladrão no fim do mundo: como um inglês roubou mais de 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.
- LIMA, Helena P. & MORAES, Bruno. Produção de conhecimento e preservação em debate: Aspectos da Arqueologia na cidade de Manaus. Revista de Arqueologia - Volume 23 - N 1: 90-107, 2010
- LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. "Indigitado estrupício": arqueologia e significados acerca do muro do forte do presépio (Belém, PA). Amazônica - Revista de Antropologia, v. 3, n. 2, p. 370-390, 2011.

MARQUES, Fernando Luiz Tavares. Modelo da agroindústria canavieira colonial no estuário amazônico: estudo arqueológico de engenhos dos séculos XVIII e XIX. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil. 2004.

\_\_\_\_\_, Fernando Luiz Tavares. Um Sítio Indígena sob a Feliz Lusitânia: Descobertas Recentes em Arqueologia Urbana, em Belém do Pará. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (Org.). Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade. Belém, Editora do NAEA, vol. 1, p. 49-58, 2010.

MUNIZ, Tiago Silva Alves & GOMES, Denise Maria Cavalcante. 2017. Identidades Materializadas na Amazônia Colonial: a Cerâmica dos Séculos XVIII e XIX do Sítio Aldeia, Santarém, PA. Vestígios - Revista Latinoamericana de Arqueologia Histórica.

NOGUEIRA, R. O Sistema defensivo da foz setentrional do Amazonas. O Caso da Vila Nova de Mazagão. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

OLIVEIRA MARTINS, Iberê Fernando. Arqueologia e etnicidade na amazônia oriental: o caso do engenho murutucu em Belém do Pará. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. 2015.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2006.

SÁ, Magali Romero. A "peste branca" nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 11, n. 4, p. 818-826, 2008.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. Tupauilândia. ICBS/NA, Gráfica e Editora Tiagão, 1999.

SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Karl Philipp von. Viagem pelo Brasil 1817-1820. Belo Horizonte / São Paulo: Editora Itatiaia / EDUSP, 1981.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira & GOMES, Denise Maria Cavalcante. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia, Santarém, PA. Anais do Museu Paulista, 20 (2) 53-90, 2012.

\_\_\_\_\_, Luis Cláudio Pereira & \_\_\_\_\_, Denise Maria Cavalcante. Material Culture, Mestizaje, and Social Segmentation in Santarém, Northern Brazil. Archaeology of Culture Contact and Colonialism in Spanish and Portuguese America. Springer International Publishing, 199-217. 2015.

VIANNA, Arthur. A Santa Casa da Misericórdia Paraense. Notícia histórica 1650 -1902. Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1992.

WEINSTEIN, Barbara. The Amazon rubber boom, 1850-1920. Stanford University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. A experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(2):261-72, maio-ago. 2002.



ZANETTINI, P. 2002. Projeto Arqueourbs - Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Manaus. Relatório Técnico. Superintendência Regional/IPHAN - Manaus.